


José

vão ter uma avaliação dos rios viscos que correm o Patrimônio Ecológico do Rio dos Índios. Constatou que no programa terça-feira, o jornal do Brasil estava publicando artigo do jornalista Osácar Wernick da Silva sobre o Rio dos Índios, o que considerava um marco na luta pela defesa de Patrimônios que eram bens de todo um povo, no que encerrou a fala. A seguir ocupou a Tribuna em Explicação Pessoal, o Senador Carlos Roberto Pereira de Souza, dirigindo-se aos Senhores Senadores, para que participassem, no dia 08, sexta-feira, às dezesseis horas, da cerimônia de posse do novo Secretário de Meio Ambiente, Pesca e Agricultura, falando da honra do PPS em poder contar com a presença do Poder Legislativo. Disse também que no decorrer do trabalho do Secretário de Meio Ambiente, espira-se muita cooperação e ações positivas para preservação do Patrimônio Ambiental de Cabo Frio. Acrescentou que por parte da Secretaria não poderiam prescindir da cooperação dos Senadores Carlos Roberto Ugozura dos Santos e Alfredo Luiz do Rêgo Barreto, pelas experiências acumuladas, no que encerrou sua fala. Não havendo mais Oradores para o uso da Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente sessão em nome de Deus e para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida à Aprovação Ordinária, aprovada, será assinada, para que produza seus efeitos legais.


Ata da Assembleia Municipal de Cabo Frio
Ordinária do Segundo Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia (12) doze de dezembro do ano de (1995) mil novecentos e noventa e cinco.

Às dezesseis horas do dia (12) doze de dezembro do ano de (1995) mil novecentos e noventa e cinco, sob a Presidência do executivo do Senador Antônio Carlos Pereira do Anjo e com a presença do Primeiro Secretário pelo Senador Luiz Antônio de Melo Rocha, reuniu-se legitimamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Após dezesseis, responderam

e chamado regimental os seguintes Viradores: Alfredo Luiz do Rocha Barreto, Eduardo Corio Rito. São havendo número regimental, e Senhor Presidente em exercício suspendeu a presente sessão por quinze minutos. Terminados os trabalhos, o Senhor Presidente Virador Rui Silva do Rocha voltou ao Senhor Primeiro Secretário Virador Luiz Antônio de Mello Sobos a chamada regimental para suspensão de "quorum". Após disso, suspendeu a chamada regimental os seguintes Viradores: Anacleto Mathias Corio, Alfredo Luiz do Rocha Barreto, Antônio Carlos Pereira do Cunha, Antônio Carlos de Carvalho Andrade, Carlos Roberto de Moura dos Santos, Júlio Pereira do Silva, Eduardo Corio Rito, Ivan Luiz de Araújo, Henrique Heubandt, Carlos do Rocha Mendes, Milton Roberto Pereira de Souza, Orlando da Silva Pereira, Elias Rodrigues Filho e Waldir Bauçoso de Aguiar Neto. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente sessão em nome de Deus. A seguir, foram lidas e aprovadas as seguintes atas: Ata da 1ª sessão, Segunda Sessão Ordinária do Segundo Período legislativo e Ata da 1ª sessão, Terceira Sessão Ordinária do Segundo Período legislativo. A seguir, o Senhor Presidente após o cumprimento do rito regimental voltou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que constou do seguinte: Siquirmento nº 14/45 de autoria do Virador Antônio Carlos de Carvalho Andrade, assentes sobre a obra de Aplanos à Professora Elza Maria Miranda, Sertão do Frade, São João, Siquirmento nº 152/45 de autoria do Virador Alfredo Luiz do Rocha Barreto e outros, assunto: Requerimento aberto de Comissão Parlamentar de Inquirição para apurar o processo de aprovação do projeto para construção de hotel no Bairro dos Índios. Terminada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente passou a tribuna aos Senhores membros. Depois a tribuna como único orador inscrito o Virador Alfredo Luiz do Rocha Barreto, do PT, observando que após as manifestações populares contra a construção de um hotel no Bairro dos Índios, os empreendedores haviam determinado maior velocidade nas obras, o que acarretava também a destruição em curto tempo do Patrimônio Arqueológico existente naquele local, disse que com o apoio de sete Viradores, através de requerimento solicitava abertura de Comissão Parlamentar de Inquirição para apurar irregularidades materiais, de procedimento geral, no empreendimento do Bairro dos Índios, irregularidades apontadas pelo movimento Ecológico "Viva Buzos". Terminando, disse ter presenciado naquela data, uma troca de palavras no Bairro dos Índios, com os empreendedores se conduzindo dentro das portas.

Luiz

relante a área em questão englobando o terreno no canto do lote, e, um
ponto de vista, o Sr. Senhor José Fortino, disse que inclusive tais
empresários já haviam feito uma Ação de Reintegração de Posse con-
tra o Senhor José Fortino, sendo derrotados na Justiça de Cabo São Roque.
Havia também que no Instância Estadual os empreendedores haviam sido derro-
tados por quatro a um na Ação de Reintegração de Posse contra o Senhor
José Fortino, e, agora vem-se a Instância Superior pela posse do lote um, in-
cluído pelos empresários no projeto apresentado a Prefeitura. O Sr. diz
estranhar que diante de tais fatos jurídicos a Prefeitura de Planaltina h-
vesse autorizado a construção. Disputou que no local haviam chegado seguran-
ças do empreendimento, lhe perguntando que o havia não derrubar o muro, ou melhorar,
os exemplos, os parâmetros do lote um, sobre o assunto, disse que o Movimento
Sócio Econômico, em uma reunião com o Presidente da Câmara, a presença na cidade
na Serra para que pudesse apresentar os melhores projetos para o Movimento se
posicionava contra o empreendimento no Bairro dos Índios. Citou foto do
Arquiteto Sebastião, Walter Ventura de Souza, quando em 1986 esboçava
com sua máquina imagens do Bairro da Barra, mostrando como alocada
de, as imagens de uma falsa Barra que ocorria toda vez que a maré en-
chia e abasteceria em direção a lagoa, pelo hoje Rua Ulmarante Barrozo.
Disse que a época, os proprietários de linha de navegação já disputavam
passo do Bairro dos Índios para ser utilizada como porto, já a Câmara
de Cabo São Roque se posicionava no sentido de que o Senhor Aguiar Palmeira
e o Senhor Carlos Silva, este Diretor, e dono de linha de navegação, não
poderiam transformar o Bairro dos Índios em área privada. Enfatizou que
mais uma vez a Câmara tinha a oportunidade de não permitir outros abusos,
como os anteriores supostos que envolviam o empreendimento no Bairro dos In-
díos. Citou o fato de chamado de anti-ética, quando profissional responsável
pelos autor do projeto Arquitetônico e, pertencendo a Comissão Municipal de
Desenvolvimento Urbano, pudesse votar a favor do seu projeto. Lembrou sobre re-
cente entrevista do Senhor Prefeito Municipal, na Rua 74, quando se posicionou
a favor do encerramento do Parque do Bairro da Barra, e contra, em sua opinião
pessoal, contra a construção do Hotel. Assim, dada a entrevista do Senhor Diretor
de disse Diretor que o Movimento resolveu solicitar uma audiência ao Sr. Prefeito
consequente, disse que em encontro com o Senhor Prefeito, diversos pontos ha-

mam não colocados, contra a destruição do Sítio Histórico do Rio dos Índios,
 sendo apresentada por Jhuo, denúncias formuladas pelo Movimento São Paulo
 e outras, para que o Senhor Deputado se posicionasse de forma oficial, e o Sr.
 Administrador que estava diante de tais fatos, esboçou disse que ante, a
 existência de tantos impedimentos, o Senhor Deputado não teria outra posição a
 não ser o embargo das obras, com suspensão do licitação, até que o IEPH pudesse
 se apresentar em relatório. Perguntando, disse que um grupo de arqueólogos, em
 trabalho de tese, estavam trabalhando no Rio dos Índios e, afirmavam
 ser o local o sítio Arqueológico mais importante do Estado de Rio de Janeiro
 e assim, como pesquisadores estavam preocupados com o Empreendimento
 que se pretendia construir. Perguntando disse que no último domingo os pes-
 quisadores haviam recebido no local a visita da Sra. Maria Célia visto que que-
 ria formulada no Município de Cabo Frio, tendo como base que o grupo havia
 se sido controlado pelos Administradores e embora a construção do Hotel. Disse
 que o representante do IEPH, fora obrigado a se declarar ao Oficial do Cabo
 para a mesma declarar que a Administração havia autorizado a pesquisa nada
 tendo a ver com os Administradores ou a possibilidade de se encontrada alguma
 valioso do ponto de vista histórico e que pudesse inviabilizar qualquer constru-
 ção no Rio dos Índios. Declarou que tais fatos mostraram a grande preocu-
 pação com a preservação do Movimento contra a destruição do Rio dos
 Índios, citando o grande número de telefonemas recebidos das principais in-
 stituições preservacionistas no Brasil, Rádio, Jornal, sobretudo a imprensa
 local com destaque a televisão pela completa cobertura de caso. Talvez de-
 seje saber de que a Câmara pudesse trabalhar no sentido de serem aprovadas
 detalhadamente todos os pontos do projeto do Rio dos Índios, mas principal-
 mente a autorização dada pelo Sítio do Sítio Histórico Histórico, no que menou
 sua fala. São havendo mais Sítios históricos para o uso da Prefeitura o Senhor
 Presidente conduziu os trabalhos para a Ordem do Dia desta etapa para aprova-
 das as seguintes matérias: Aprovada a Emenda Modificativa nº 004/95. Aprova-
 do parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no requerimento nº 133/95
 Projeto de Lei nº 006/95 e o Projeto de Lei nº 048/95. O requerimento, o Senhor
 Presidente rolou em votação requerimento de Urgência nº 153/95 no Projeto
 de Lei nº 006/95 para as Comissões de Obras e Serviços Públicos e Educação Ci-
 vil, sendo aprovado o requerimento de Urgência nº 153/95 por unanimidade.

10

da mesma forma colocava em apreciação o Requerimento de Urgência nº 140/95 ao Projeto de Lei nº 048/95 para as Comissões de Obras e Serviços de Obras e Educação Social. Colocado em votação o Requerimento de Urgência nº 140/95 foi aprovado por unanimidade. O requer. foram aprovados os Requerimentos nº 140/95 e 152/95. Terminada a Ordem do dia e não havendo Créditos para o uso da tribuna em Explicação de voto, o Senhor Presidente encareceu a presente Sessão em nome de Deus, marcando Extraordinária para dentro de quinze minutos e para encerrar mandou que se levasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação final, aprovada e lida assinada por vo que produza seus efeitos legais.

~~Ata da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Cabo São Roque, realizada no dia 12 de dezembro do ano de mil novecentos e noventa e cinco.~~

As dez e meia horas do dia (12) do mês de dezembro do ano de (1995) mil novecentos e noventa e cinco, sob a Presidência do Vereador Aurélio Silva da Rocha e com a auspácio da primeira Secretária pelo Vereador Luiz Antônio de Paula Cabos, reuniram-se Extraordinariamente a Câmara Municipal de Cabo São Roque, responderam e chamando regimental os seguintes Vereadores: Ana Alice Patrício, Antônio Carlos Pereira da Rocha, Antônio Carlos de Carvalho Almeida, Divaldo Pereira da Silva, Leaguim Schmidt, Rogério da Rocha Mendes, Milton Roberto Pereira da Souza, Orlando da Silva Pereira, Silas Rodrigues Brito e Waldemar Maurício de Aguiar Melo. Marcando número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. O requer o Senhor Presidente disse que em virtude da aprovação do Requerimento de Urgência nº 152/95 ao Projeto de Lei nº 006/95, Requerimento de Urgência nº 140/95 ao Projeto de Lei nº 048/95 na Sessão anterior, as Comissões técnicas se reuniram para emitir um parecer em conjunto. Após as discussões, o Senhor Presidente colocou em votação Parecer Conjunto em conjunto ao Projeto de Lei nº